



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Departamento de Economia

Octávio Peixoto Mattos

A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PÓS-CRISE EM COMPARAÇÃO A OUTROS PAÍSES

Brasília

2013

Octávio Peixoto Mattos

A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PÓS-CRISE EM COMPARAÇÃO A OUTROS PAISES

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da
Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Roberto de Goes Ellery Junior

Brasília

2013

Octávio Peixoto Mattos

A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PÓS-CRISE EM COMPARAÇÃO A OUTROS PAISES

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em de de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Roberto de Góes Ellery Júnior

Professor Victor Gomes e Silva

Brasília

2013

Resumo

Utilizando o método proposto por Kehoe e Prescott (2002) para analisar crises e distorções no produto per capita de um país, será analisada a trajetória da renda do Brasil e de outros países de maneira que possam ser comparados entre si.

O objetivo central do trabalho é analisar o comportamento da economia brasileira e o comparar com o comportamento de diversas outras economias, em segundo plano busca-se compreender se a crise afeta grupos de países com rendas diferentes de maneira diferente.

Palavras chave: crise, renda, macroeconomia.

Abstract

Using the method proposed by Kehoe and Prescott (2002) to analyze crises and distortions in GDP per capita of a country, it will analyze the trajectory of income in Brazil and in other countries so that they can be compared.

The central objective of this study is to analyze the behavior of the Brazilian economy and compare it with the behavior of many other economies, in the background we try to understand if the crisis affects groups of countries with different incomes in different ways.

Keywords: crisis, income, macroeconomics.

Sumário

1. Introdução	5
2.Revisão de literatura	6
3. Metodologia	11
4. A análise empírica	15
4.1. A economia brasileira	15
4.2 As 10 maiores economias mundiais	18
4.3 As maiores economias Latino-Americanas	21
4.4 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE	23
4.5 Países de renda média-alta	26
4.6 BRIC e MINT	30
5. Considerações finais	33
6 Referências bibliográficas	34

1. Introdução

A crise econômica que se alastrou pelo mundo em 2008 tem como marco de seu início a falência do banco *Lehman Brothers* nos Estados Unidos, porém já em 2006 e 2007 haviam problemas com instituições de crédito americanas ligadas ao setor imobiliário, os *subprimes* são os empréstimos hipotecários, vários destes *subprimes* estavam em carteiras de investimentos de grandes bancos que ao não poderem resgatar estes títulos entraram em crise. A ligação destes títulos com o mercado financeiro fez com que esta crise fosse denominada como uma crise financeira, tomando como base a economia americana esta é a pior crise desde a Grande Depressão de 1929.

No Brasil o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2008 afirmou que o país quase não seria afetado pela crise e em 2010 após o crescimento de 7,5% do PIB afirmou que o país já havia superado a crise, que ela seria apenas um fenômeno europeu e americano, o que o presidente não previa era a redução deste crescimento 2011 e em 2012, o que levou a este trabalho a analisar o quanto o Brasil teria de fato sofrido com a crise em relação a outros países e quais países realmente sofreram mais com ela.

A análise aqui proposta segue o modelo de Kehoe e Prescott (2002) que olham para o produto per capita do país e o comparam com o que seria o crescimento esperado da economia. Desta maneira foram captados dados para o Brasil e para cerca de mais 80 países de diferentes continentes e níveis de renda para que a comparação pudesse ser realizada.

Não apenas a profundidade da crise mas principalmente o caminho que os países percorreram em termos de renda per capita a partir de 2008 serão aqui categorizados e analisados, é objetivo do trabalho compreender se o Brasil está se comportando como outros países ou se sua trajetória é anormal.

No próximo capítulo será feita uma revisão da literatura que aborda a análise de crises econômicas, em seguida será demonstrada a metodologia empregada para a análise empírica do capítulo seguinte, ao final são apresentadas as conclusões e sugestões de pesquisa.

2.Revisão de literatura

A análise de crises e depressões utilizando o método que aborda desvios no produto per capita de sua trajetória esperada é utilizada por Kehoe e Prescott (2002) que analisam estes desvios as vistas da teoria neoclássica decompondo o produto em 3 fatores, trabalho, capital e produtividade total dos fatores, o livro de 2007, *Great Depressions of the Twentieth Century*, apresenta uma coletânea de artigos que se utilizando deste mesmo método para avaliar diversas depressões ao longo do século XX.

O estudo de grandes depressões costuma tomar como referência Grande Depressão de 1929 originada no Estados Unidos, analisando a trajetória do produto per capita sem tendência é possível observar queda entre os anos 1929-1933, apresentando uma queda de aproximadamente 36,5%¹ antes de começar a se recuperar, geralmente o período de recuperação é referenciado como entre 1934 e 1939, porém a trajetória de tendência só é alcançada novamente em 1941.

A Grande Depressão foi analisada sob a ótica neoclássica por Cole e Ohanian (1999), onde o período que compreende a diminuição do produto consegue ser explicado pelo modelo neoclássico porém a recuperação do produto não acompanhou a recuperação da produtividade total do fatores (PTF) como sugere a teoria, os níveis de emprego também sofreram grande redução durante a Grande Depressão e também não se recuperaram como a teoria previa. Foram então analisados duas possíveis explicações para estes fenômenos, a primeira usa a hipótese de que os choques que comumente afetam a economia em pequenas reduções de desempenho teriam ocorrido em maior intensidade e persistência, a outra explicação aborda que os choques que causaram estes desvios são fundamentalmente diferentes daqueles considerados como forças que conduzem a economia. Após analisar choques reais, monetários e ainda a questão da intermediação financeira, devido a falência de diversos bancos no período, e de salários nominais rígidos os autores concluíram que estes choques não são capazes de explicar a recuperação fraca de economia americana então se voltam para segunda hipótese e concluem que as políticas acerca de monopólio e distribuição da renda instituídas em 1933 poderiam ser ter causado

¹ Medida de Prescott (2002).

distorções nos mercados sobre os quais agiu levando assim a uma recuperação mais lenta do setor industrial, porém não afirmam que se está análise consegue explicar quantitativamente o *puzzle* da recuperação.

Ainda sobre a economia americana Ohanian (2010) analisa o período de recessão entre 2007 e 2009 e afirma que esta difere de outras recessões americanas no pós-guerra e também das recessões de outros países de renda alta que ocorreram junto as dos EUA. O autor afirma que a queda no produto e na renda americana é explicado exclusivamente pela queda do fator trabalho, ou seja, da queda nas horas trabalhadas per capita enquanto nas outras recessões americanas e de outros países no período 2007 - 2009 a queda no produto e renda se deve principalmente a queda significativa na produtividade uma queda muito menor do fator trabalho e conclui que não existem mecanismos para justificar as distorções observadas no mercado de trabalho norte-americano frente a outros países que também possuem renda elevada e frente a própria experiência americana em resseções passadas, assim sendo necessário o desenvolvimento de teorias que compreendam as grandes distorções ocorridas no mercado de trabalho e também o porquê da crise financeira ter atingido mais o mercado de trabalho do que o mercado de capitais.

O Canadá durante a Grande Depressão apresentou queda no produto semelhante à dos EUA e também uma lenta recuperação, porém como apontam Amaral e MacGee (2001) no caso canadense houve uma lenta recuperação da PTF, e então não haveria o mesmo *puzzle* da recuperação americana, o problema apontado é que os choques monetários, de políticas ou sobre os termos de troca não conseguem explicar o comportamento da PTF, a deflação que ocorreu no período foi muito semelhante em magnitude a ocorrida alguns anos antes em 1920-22 e falha em explicar a lenta recuperação e os choques nos termos de troca foram considerados negligenciáveis as vistas do modelo utilizado pelos autores. O *puzzle* portanto está em analisar o que afetou a PTF e apontam que a resposta para este *puzzle* pode estar na análise do impacto dos níveis de troca sobre a PTF pois a produtividade começou a reduzir e a se recuperar no mesmo ano que as trocas.

Bergoeing, Kehoe, Kehoe e Soto (2002) estudam o caso de Chile e México que em 1981-82 sofreram com o aumento do juros e queda do preço das commodities no

mercado internacional o que gerou uma crise financeira em ambos os países, a solução imediata foi nacionalizar os bancos, a diferença entre os países está no fato de que o Chile liquidou os bancos insolventes e privatizou o restante em apenas 3 anos além de revisar o sistema que regulava os bancos permitindo assim que o mercado determinasse os juros e que apenas os bancos mais eficientes conseguiriam se manter no mercado. No México os bancos foram apenas reprivatizados no início dos anos 90 pois afim de manter o emprego e consumo o governo mexicano oferecia crédito abaixo das taxas de mercado para algumas empresas, deixando outras sem esta mesma oportunidade causando distorções, e após as privatizações os bancos não ofereciam crédito a taxas competitivas de mercado. Assim as firmas mais produtivas tiveram êxito no Chile enquanto as menos produtivas faliam e seus recursos podiam ser alocados em firmas mais produtivas, no México as medidas tomadas impediram falências e ajustes que atrapalharam a alocação ótima dos recursos levando assim a diferentes recuperações da PTF. Outras explicações mais comuns também foram analisadas como choques monetárias, a questão do salário real no Chile e também a dívida mexicana mas foram descartados, outras reformas que não a do setor financeiro também foram abordadas, reformas comerciais e fiscais foram descartadas pois as duas economias tinha o mesmo nível de abertura comercial e os impactos sobre capital e trabalho das reformas fiscais não seriam o suficiente para explicar o comportamento dos países.

A depressão da economia finlandesa no início dos anos 90 foi analisada por Conesa, Kehoe e Ruhl (2007), a depressão seria fruto da combinação da queda na PTF nos anos 1990-92 e do aumento nos impostos sobre a renda do trabalho e consumo entre 1989-94 que reduziu a quantidade de horas trabalhadas. Os autores fazem a análise com diversos modelos, e concluem que o modelo base consegue explicar bem o comportamento da economia porém quando o modelo é expandido para incorporar as mudanças ocorridas na política de impostos os resultados são ainda mais relacionados com os dados.

A crise nos países do leste asiático no fim dos anos 90 foi objeto de estudo de Otsu (2010), Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Tailândia são os países analisados e em comum apresentam uma grande queda no produto e no consumo, o autor segue um caminho diferente da literatura geral que analisa este caso, pois não

foca na análise da crise financeira e cambial. Utilizando o modelo de equilíbrio geral o autor afirma que além da queda na PTF, que é comum a todos os países, Coreia e Tailândia sofreram queda em seu nível de consumo devido a distorções no mercado de dívida externa e distorções no mercado doméstico de capital são importantes para Cingapura e Hong Kong.

A Argentina sofreu nos anos 80 com uma profunda depressão, seu desdobramento e a subsequente recuperação foram analisadas por Kydland e Zarazaga (2003), inicialmente os resultados as vistas do modelo neoclássico foram semelhantes aos de Cole e Ohanian (1999) com o período de depressão sendo bem explicado pelo modelo porém apresentando divergência durante o período de recuperação, mais uma vez políticas implementadas pelo governo podem explicar pelo menos parcialmente as distorções, o número de pessoas empregadas em governos provinciais ou empresas estatais não é desprezível durante o período na Argentina, e esses cargos existência e manutenção destes cargos podem explicar o porquê o nível de emprego ter se elevado durante a depressão ao invés de se retrair como previa o modelo. A redução na quantidade de capital também poderia ser explicada por políticas governamentais, nos anos 80 houve um aumento na taxa sobre o capital o que logicamente leva a uma diminuição do investimento, assim no período de recuperação os investimentos previstos no modelo não foram executados, esta explicação pode ter ligação com a questão da política de empregos do país uma vez que os autores especulam que esses impostos podem ter sido usados para manter os empregos. Por fim os autores apresentam algumas conclusões, o modelo neoclássico consegue explicar uma boa parte da depressão argentina durante a década perdida, o que contraria a hipótese de que depressões são fenômenos raros que envolvem uma quebra ou descontinuidade no comportamento dos agentes econômicos, a lenta acumulação de capital não é explicado pelo modelo constituindo assim um *puzzle*, porém o grande ponto de dúvida no trabalho é o comportamento da PTF no período de recuperação uma vez que esta se recuperou a taxas espetaculares, cerca de 7% ao ano, e que seria tentador justificar essa recuperação com a abertura econômica nos anos 90 porém a hipótese de que os choques de produtividade são exógenos, utilizado no trabalho, não permite que seja feita a relação entre abertura comercial e crescimento da produtividade.

A década de 80 também é considerada uma década perdida para o Brasil, o período em questão e ainda parte dos anos 90 é analisado por Ellery Jr, Bugarin, Gomes e Teixeira (2002), o trabalho afirma que o desvio da trajetória de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) por pessoa em idade ativa é tal que o país estaria enfrentando uma depressão profunda com duração superior a 20 anos, o caso brasileiro é especialmente interessante pois até os anos 80 a economia brasileira figurava entre as de maior crescimento em escala global. Dois terços da depressão enfrentada pela economia brasileira podem ser explicadas pelo modelo, os autores concluem afirmando que para um melhor entendimento da economia brasileira devem ser levados em consideração as particularidades que ocorreram no país durante o período analisado, como a acumulação de capital ser liderada pelo setor público, as mudanças geradas pela constituição de 1988, as mudanças institucionais que começaram no fim dos anos 80 e início dos 90 como a abertura de economia e desestatização de alguns setores, a contenção dos gastos públicos tendo como objetivo a estabilização dos preços da economia e também o aumento da carga de impostos em todo o decorrer dos anos 90.

Todos os trabalhos citados acima se utilizam de um mesmo conceito para caracterizar uma economia em depressão ou crise, um desvio para baixo e com duração suficientemente grande na trajetória de crescimento do produto per capita em cada país, além de utilizarem o mesmo modelo base para a análise do que levou a essa queda, o modelo de equilíbrio geral neoclássico onde o produto é decomposto em capital, trabalho e produtividade, sendo na maioria dos casos a produtividade o fator determinante para o desempenho da economia. Os desvios dos dados em relação ao que os modelos propõem em geral está ligado à realização de políticas que distorcem os mercados, ou seja, as vistas da teoria neoclássica por muitas vezes uma crise ou depressão poderia ter sido abreviada se os mercados sofressem menos interferência e pudessem alocar os recursos de maneira ótima.

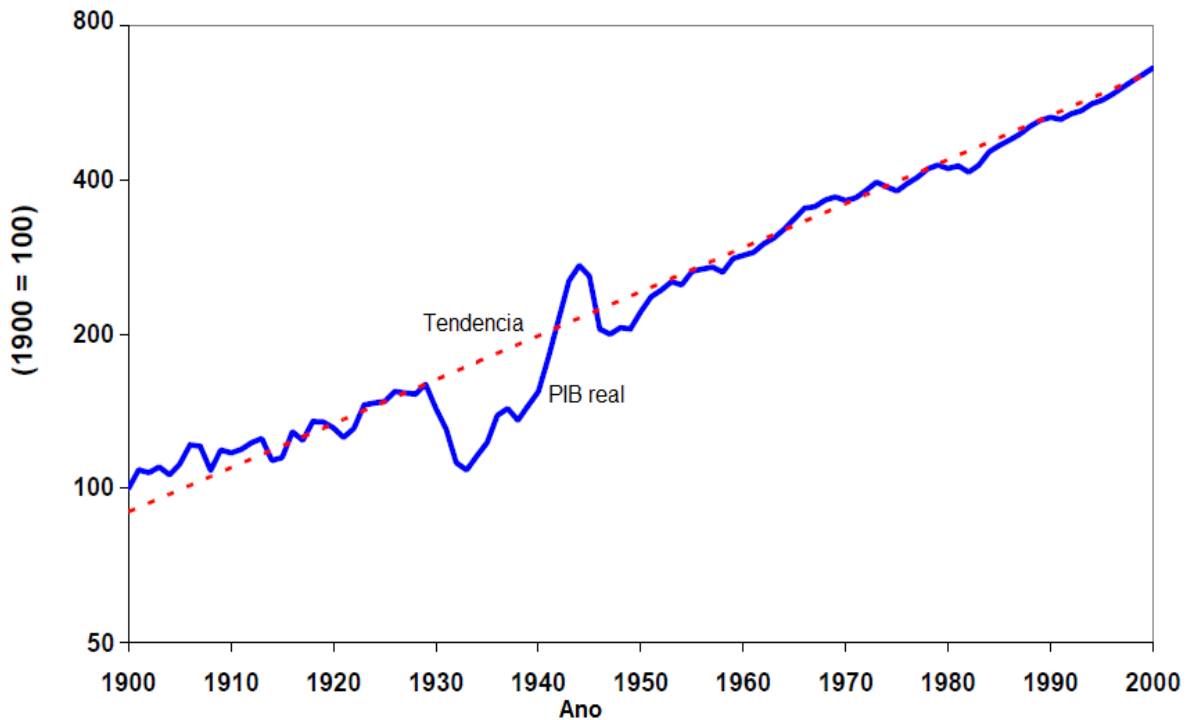
3. Metodologia

Utilizando-se do método empregado por Kehoe e Prescott (2002) será utilizado como indicador de desempenho da economia o PIB per capita sem tendência, se a economia estiver consideravelmente acima da tendência pode-se dizer que ela se encontra em um *boom*, caso esteja consideravelmente abaixo da tendência a economia se encontra em depressão.

O conceito de tendência ainda segundo Kehoe e Prescott (2002) pode ser explicado pela teoria do crescimento, onde o produto per capita depende da acumulação e utilização dos fatores de produção e da eficiência com o qual estes fatores são utilizados. Considerando constante a taxa de participação do capital ou as horas trabalhadas por pessoa, o crescimento no produto por pessoa potencial é dado por aumentos no estoque de conhecimento útil a produção, considerando que esse estoque cresce ao longo do tempo conclui-se que a tendência da taxa de crescimento é dada pelo crescimento do estoque de conhecimento considerando fatores constantes. Este conceito pode então ser empregado de duas maneiras, a primeira considera que a tendência não é específica ao país e portanto é utilizada taxa de crescimento média do líder industrial como tendência de todas as economias, a segunda maneira de compreender a tendência é que cada país apresentar uma tendência e esta seria dada pela taxa média de crescimento daquele país em um período anterior a depressão. Neste trabalho será utilizada a primeira interpretação de tendência e portanto a tendência será a taxa média de crescimento dos EUA durante o século XX que é de 2% ao ano, como podemos observar na Figura 1 abaixo a economia americana cresceu orbitando um crescimento médio de 2%, exceção feita durante a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial.

Utilizar esta interpretação de tendência também permite outra conclusão acerca tendência, ela seria a taxa de crescimento mínima esperada, se a economia está abaixo da tendência ela estaria crescendo pouco e está aumentando a distância entre seu nível de renda e a renda do líder industrial, caso esta se encontre em um nível abaixo do líder industrial, se a economia apresenta um crescimento acima da tendência a economia está diminuindo a distância do líder industrial, caso esta se encontrem um nível abaixo do líder industrial.

Gráfico 1 – PIB real por trabalhador sem tendência do EUA, 1900-2000



Fonte: Kehoe e Prescott (2001). Traduzido pelo autor.

Os dados utilizados para este trabalho foram retirados do *World Development Indicators* (WDI) do Banco Mundial², a série analisada é o PIB per capita a preços constantes de 2005 em dólares³, uma vez que a evolução real da renda o objeto de interesse. As séries de todos os países são transformadas em uma série com o PIB per capita a preços constantes de 2005 em dólares sem tendência, isto é feito a partir da seguinte equação:

$$y_d^t = \frac{y_t}{(1+g)^{t-t_0} y_{t_0}}, \quad (1)$$

onde y_d^t é a série sem tendência, y_t é a série com tendência, g é a tendência, t é o ano e t_0 representa ano inicial, no caso do trabalho 2007.

² Disponível em <http://data.worldbank.org/products/wdi>.

³ Indicador *GDP per capita (constant 2005 US\$)* do WDI

A partir das séries sem tendência é possível analisar o desempenho do país no pós-crise e procurar semelhanças e diferenças nas trajetórias das diversas economias afetadas pela crise, também é possível analisar a profundidade da crise.

Para agrupar os países com trajetória semelhante foram categorizados quatro tipos de padrão de comportamento, o Padrão A será caracterizado por economias que apresentem expansão ou manutenção de sua renda, os critérios são:

- (i) a economia não pode ter ficado abaixo da tendência em período algum;
- (ii) a recuperação deve ser sustentada, na ocorrência de queda esta não pode ocorrer em mais de dois períodos consecutivos.

O Padrão B representará o oposto, serão enquadrados os países que apresentem retração de sua renda sem perspectivas de recuperação consistente, os critérios são:

- (i) a economia não pode ter ficado acima da tendência em período algum;
- (ii) a queda deve ser sustentada, na ocorrência de recuperação esta não pode ocorrer em mais de dois períodos consecutivos.

No Padrão C serão enquadradas as economias que após a retração de sua renda, que a desvie abaixo da tendência, causada pela crise conseguem estabelecer um ritmo de recuperação, os critérios são:

- (i) a queda inicial pode acontecer com algum atraso não precisando ocorrer no 1º período analisado, ou seja, em 2008;
- (ii) a queda deve levar a economia abaixo da tendência;
- (iii) a economia deve demonstrar recuperação firme, não podendo portanto apresentar retração após a primeira queda.

Por fim o Padrão D abrigará as economias que apresentem um comportamento errático conhecido como *double dip*, ou mergulho duplo, onde a economia sofre uma primeira queda devido aos efeitos imediatos da crise, apresenta uma recuperação porém volta a desacelerar após esta recuperação. Os critérios necessários para se enquadrar nesta categoria são:

- (i) devem ocorrer duas quedas, sendo a segunda após a economia apresentar recuperação;
- (ii) a recuperação deve ser tal que a economia retorne ou supere a tendência antes da segunda queda;
- (iii) a segunda queda deve ser suficientemente grande, caindo em mais de 2% em relação ao pico alcançado com a recuperação.

A análise será feita em grupos, tendo em vista a identificação de padrões comuns a economias com características semelhantes, os países serão agrupados de acordo com variados critérios, tamanho do PIB, nível de renda, nível de desenvolvimento, localização geográfica. Em todos os grupos o Brasil estará presente para avaliar o desempenho brasileiro em relação a diversas economias e assim também será possível avaliar se a trajetória brasileira é comum.

4. A análise empírica

4.1. A economia brasileira

A política econômica brasileira no período anterior à crise era caracterizada pelo mesmo modelo desde 1999, o tripé macroeconômico onde é perseguido o superávit primário, o câmbio deve flutuar livremente e existem um regime de metas de inflação. A partir do segundo mandato do governo Lula, embora a base da política econômica continuasse a seguir este modelo, começaram a ocorrer algumas mudanças, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um programa com objetivo de alavancar o crescimento brasileiro por meio de investimentos públicos em infraestrutura e apoio a investimentos privados com melhorias nas condições de crédito e incentivos fiscais. Os investimentos feitos no PAC não entram na conta do superávit primário⁴, o que tem sido usado como manobra para o cumprimento da meta do superávit primário desde o governo Lula, fato que tem se aprofundado no contexto atual brasileiro com o uso da “contabilidade criativa”.

A inflação esteve mais próxima do centro da meta em 2007 e 2009, enquanto nos dois outros anos, 2008 e 2010, a IPCA⁵ esteve mais próximo do teto da meta que é de 6,5%, o comportamento da Selic demonstra que no segundo mandato do governo Lula houve algum comprometimento na busca do centro da meta pois nos anos onde o índice de inflação foi mais elevado é possível observar uma elevação na taxa de juros como meio de tentar conter o processo inflacionário.

Tabela 1 - Meta de Inflação, IPCA e Taxa Selic

Ano	Meta (%)	IPCA (% a.a.)	Selic (% a.a.) (Início-Fim do ano)
2007	4,5	4,46	13,25-11,25
2008	4,5	5,90	11,25-13,75
2009	4,5	4,31	12,75-8,75
2010	4,5	5,91	8,75-10,75

Fonte: Bacen. Elaboração própria.

⁴ A partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009.

⁵ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, utilizado desde 1999 com índice oficial de inflação do Brasil

A moeda brasileira sofreu valorização entre 2006 e 2010, saindo de R\$ 2,18 para R\$ 1,78 no período, sofrendo desvalorização apenas em 2009 no auge da crise devido a fuga de capitais, as flutuações sempre foram acompanhadas pelo Banco Central que eventualmente agia no mercado para amenizar os efeitos do câmbio valorizado sobre a indústria porém a partir de 2009 com o aumento das alíquotas do IOF para investimentos de não-residentes e a criação do Fundo Soberano⁶, que permite que o Ministério da Fazenda também intervenha no mercado cambial, a flutuação cambial tem se tornado cada vez menos livre.

O processo de abandono do tripé macroeconômico se aprofundou no terceiro governo petista iniciado em 2011, os episódios da chamada “contabilidade criativa”, onde o governo se utiliza de manobras sobre as normas contábeis para conseguir cumprir as metas fiscais, entre elas o superávit primário, tem ocorrido sistematicamente o que gera um mal estar entre os agentes econômicos pois reduz a credibilidade do governo. O comportamento da inflação e da Selic também aponta para o aprofundamento do abandono do tripé, em 2011 o IPCA fechou o ano em 6,5%, no teto da meta, enquanto a taxa de juros permaneceu praticamente inalterada começando o ano em 11,25% e encerrando em 11%, já em 2012 a inflação registrada foi de 5,84% e a Selic saiu de 10,5% para a baixa histórica de 7,25%, este comportamento parece ter influência política com o Banco Central tendo sua independência e credibilidade diminuída pois este deveria buscar o controle da inflação por meio da taxa de juros independente do crescimento econômico e taxa de juros a níveis baixos foi utilizada para tentar aquecer a economia. Para 2013 as previsões do mercado são de inflação beirando os 6% porém é importante notar que a partir de abril de 2013 a taxa de juros básica da economia tem sido elevado chegando a 10% em novembro.

A questão cambial tem sido delicada no período recente, o governo instituiu implicitamente bandas entre as quais o câmbio deveria se encontrar, agindo de maneira contundente caso a taxa de cambio operasse fora desta banda, com a dificuldade em manter esta política e o conflito do Ministério da Fazenda com o Banco

⁶ Criado pela Lei nº 11.887, de 2008.

Central, que chegaram a operar de maneira inversa no mercado, o governo tem aceitado a desvalorização recente da moeda.

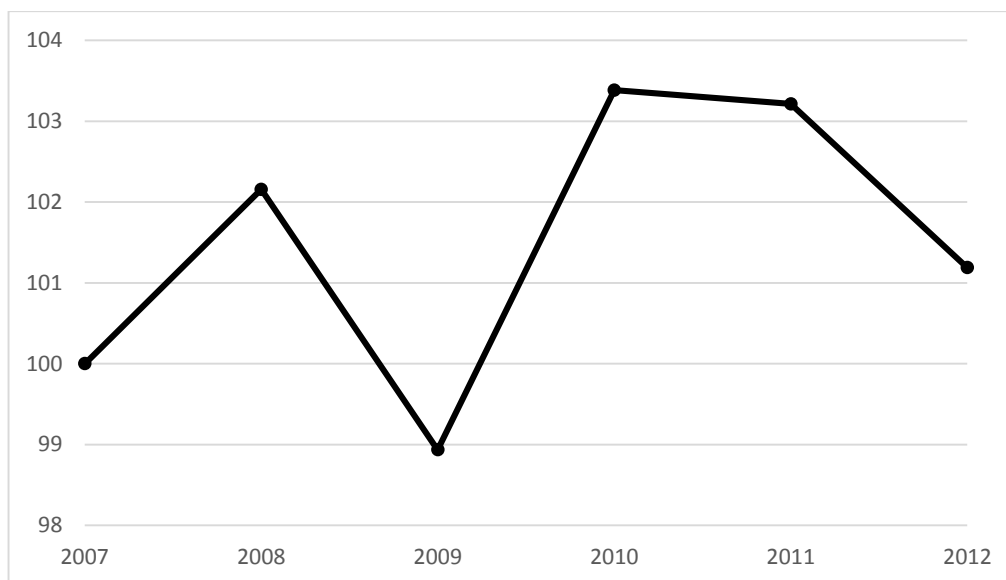
Em suma o contexto econômico brasileiro antes e durante a crise pode ser dividido em 3 momentos, o segundo mandato de Lula onde a preocupação com as contas públicas começou a relaxar assim como a intervenção sobre o câmbio começou a ocorrer mais intensamente, o dois primeiros anos do governo Dilma onde houve uma reorientação da política econômica com juros baixos, câmbio vigiado e aumento nos gastos públicos e por fim a política apresentada a partir do segundo trimestre de 2013 com a volta de aumentos na taxa de juros, menor preocupação com a flutuação cambial e recentemente, pelo menos em discurso, a reorganização das contas públicas.

O Brasil não sofreu com a causa direta da crise, os *subprimes*, uma vez que não possuía ativos que fossem vinculados a estes papéis porém com a diminuição da demanda externa o governo optou por tentar aquecer o mercado interno brasileiro, o crédito foi facilitado, bancos públicos baixaram seus juros forçando que os bancos privados fizessem o mesmo, foi criada uma nova alíquota para o Imposto de Renda Pessoa Física, o que reduziu a arrecadação do governo assim como a redução do IPI e do IOF, o BNDES realizou aporte financeiro em diversas empresas que tinha empréstimos em moeda estrangeira e também em empresas que fossem adquirir empresas menores que se encontrassem em dificuldade. Tais medidas fizeram com que a liquidez na economia aumentasse gerando assim um aumento na demanda interna o que levou ao crescimento da economia em 2010, porém este crescimento não foi sustentado, as políticas implementadas foram de caráter pontual e não geraram mudanças que alterassem as expectativas ou o comportamento do mercado de maneira contundente, as primeiras medidas tomadas são vistas como corretas mas o momento da crise deveria ter sido aproveitado para que ocorressem mudanças mais profundas na estrutura da economia brasileira.

A economia brasileira teve no ano de 2009 sua maior queda, após conseguir expandir sua renda per capita em 2008 em mais de 2% além da tendência, o ano de 2009 apresentou uma queda de mais de 3% levando a economia a um nível abaixo da tendência de crescimento a queda foi revertida logo em seguida com uma expansão

da renda per capita de quase 5%, levando a economia a ficar 3% acima da tendência, patamar este que foi mantido em 2011 porém em 2012 ocorre uma nova retração na ordem de 2%, a trajetória brasileira pode ser vista no gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 - PIB per capita sem tendência do Brasil



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Considerando esta trajetória o Brasil se enquadra no Padrão D, a economia sofre retração com os efeitos da crise, se recupera porém não consegue sustentar a recuperação sofrendo uma nova queda que com as previsões de crescimento do PIB em 2013 e 2014 tende a se aprofundar levando o país a ficar abaixo da tendência.

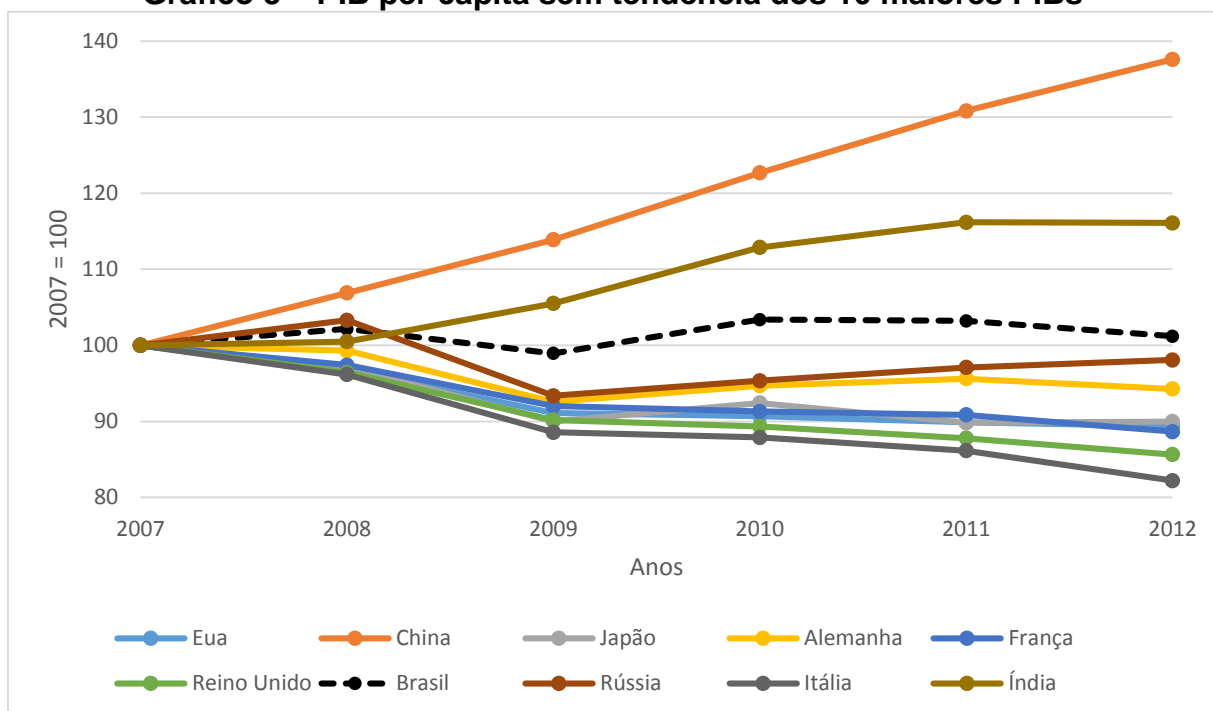
4.2 As 10 maiores economias mundiais

O primeiro grupo de países a ser analisado é o grupo das 10 maiores economias do mundo, pois o Brasil figura neste ranking na 6ª posição segundo dados do Banco Mundial para o ano de 2012, o Brasil é único país sul-americano do grupo que conta com os EUA, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Rússia, China, Índia e Japão. É importante destacar que considerando a renda per capita, aqui analisada utilizando o critério do Banco Mundial⁷, a China possui a metade da renda do Brasil e nove vezes menor que a renda dos EUA enquanto a Índia tem cerca de um quarto da

⁷ O Banco Mundial analisa o Produto Nacional Bruto convertido a dólar americano pelo método Atlas. Este método pode ser visualizado no site: <http://data.worldbank.org/about/country-classifications/world-bank-atlas-method>.

renda chinesa e portanto estão em um nível de renda muito abaixo dos demais países do grupo. O desempenho de todas estas economias pode ser visto no gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 – PIB per capita sem tendência dos 10 maiores PIBs



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

O Brasil tem o 3º melhor desempenho até então, porém sua economia está desacelerando enquanto a economia russa demonstra recuperação, a frente de todos está a China, a qual continuou expandindo acima da tendência sua renda per capita durante todo o período, e a Índia que apesar de inicialmente ter um bom desempenho apresentou apenas a manutenção de seu nível no último ano, dentre os demais países nenhum foi capaz de retornar ao ritmo de crescimento da tendência porém é interessante destacar que entre estes países apenas a Rússia apresenta uma recuperação mais sólida e se desconsiderarmos os russos apenas a Alemanha encontra-se em um nível de produto per capita sem tendência com queda menor do que 10%. Excetuando-se China e Índia todos os países apresentaram a maior queda em 2009 e menor queda ou recuperação em 2010, a identificação dos padrões pode ser visto na tabela 1 abaixo:

Tabela 2 – Padrões dos 10 maiores PIBs

Tipo de Padrão	A	B	C	D
Quantidade de Países	2	6	1	1
Média em 2012	126,84	88,35	98,07	101,19

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

China e Índia estão no padrão A, Alemanha, EUA, França, Itália, Japão, e Reino Unido, os países desenvolvidos do grupo, estão todos enquadrados no Padrão B a Rússia é o único país enquadrado no Padrão C, o Brasil foi o único país a apresentar o Padrão D. Este grupo leva a crer que os países considerados desenvolvidos são os mais afetados pela crise, esta hipótese será testada mais à frente. Os demais países considerados economias emergentes, sofreram menos, até a Rússia que em um primeiro momento parecia seguir a queda das economias desenvolvidas conseguiu apresentar um padrão de recuperação consistente.

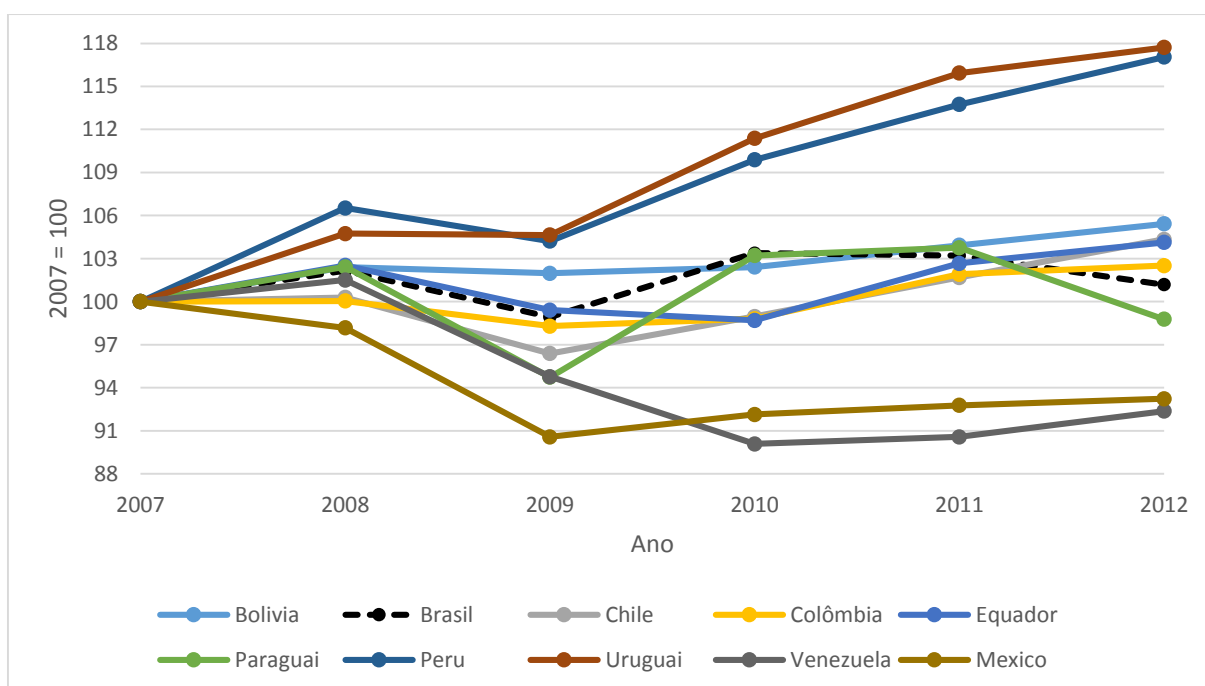
Considerando o Padrão B como o padrão do grupo podem ser traçados alguns paralelos com a economia brasileira, a maior queda ocorreu no ano de 2009 porém a brasileira foi a menor, 3,22% contra a média de 6,44% dos países do Padrão B, a recuperação brasileira em 2010 foi de 4,44% no mesmo anos os países do Padrão B apresentaram comportamento diferente, Japão e Alemanha ensaiaram uma pequena recuperação de 2,4% e 2,1% respectivamente enquanto EUA, França, Reino Unido e Itália sofreram retração de menos de 1%. Em 2011 as quedas voltaram a acelerar tendo apenas a Alemanha um pequeno crescimento, de cerca de 1% e em 2012 a retração de 2,02% da economia brasileira esteve junto a média de 2,02% das 6 outras economias. A trajetória do Brasil difere do padrão do grupo em geral na magnitude das variações, o grande diferencial estaria no ano de 2010 onde a renda se expandiu espetacularmente, porém nos outros anos a trajetória é semelhante, chegando a 2012 onde a queda brasileira é diretamente comparável a queda média dos demais países. O Brasil então sofreu as consequências da crise de maneira semelhante as grandes

economias porém em profundidade menor e parece ainda estar convergindo para o comportamento destas grandes economias.

4.3 As maiores economias Latino-Americanas

O segundo grupo de países a ser analisado é o grupo dos países Latino-Americanos, dado o histórico destes países é de se esperar que tenham um comportamento semelhante entre si pois frente a experiências passadas como a década perdida e as crises cambiais dos anos 90, além das experiências passadas a maioria dos países deste grupo, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Venezuela, utilizando o critério de renda do Banco Mundial⁸, são países de renda média, Chile e Uruguai apenas após a última classificação, de 2012, entraram no grupo dos países de renda elevada.

Gráfico 4 – PIB per capita sem tendência das maiores economias latinas.



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

⁸ As economias estão divididos de acordo com a 2012 PNB per capita, calculada pelo método do World Bank Atlas. Os grupos são: baixa renda, 1,035 dólares ou menos, renda média baixa, 1,036 dólares - 4.085 dólares, renda média alta, 4.086 \$ - \$ 12.615, e de alta renda, 12,616 mil dólares ou mais.

Entre os latinos o Brasil não apresenta um desempenho tão bom, seu comportamento errático faz com que Bolívia, Equador e Colômbia ultrapassem a economia brasileira após 2010 fazendo com que a economia brasileira fique à frente apenas de Venezuela, México e Paraguai, o último com comportamento muito semelhante ao brasileiro mas com quedas mais extremas. Todos os países apresentam queda no ano de 2009, mesmo que pequena, como nos casos de Uruguai e Bolívia, o México é o único a sofrer de imediato com a crise tendo sua renda diminuída ainda em 2008, em 2010 os únicos países a não esboçarem algum tipo de recuperação são Equador e Venezuela. Desta maneira os padrões são os seguintes:

Tabela 3 – Padrões dos países latinos

Tipo de Padrão	A	B	C	D
Quantidade de Países	3	0	5	2
Média em 2012	113,4	-	99,3	99,8

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Uruguai, Peru e Bolívia estão no Padrão A, os dois primeiros com um desempenho que chega a superar o indiano apresentado no grupo anterior, a Bolívia mesmo que timidamente apresentar um crescimento sustentado e constante a partir de 2010 a taxa de 1,5% acima da tendência. Nenhum país apresenta a queda livre característica do Padrão B, apesar da Venezuela ter ficado fora deste padrão apenas por ter, ainda em 2008 um aumento de 1,5% acima da tendência. No Padrão C estão Colômbia, Chile, Equador, México e Venezuela, sendo os dois últimos os únicos país que não foram capazes de retomar o nível de renda que segue a tendência, desconsiderando estes a média sobe para 103,66%. O Paraguai acompanha o Brasil no Padrão D, ambos os países apresentaram estagnação antes da segunda queda, a diferença está na profundidade de suas quedas, tanto a primeira quanto a segunda foram maiores mais intensas na economia paraguaia do que na brasileira, assim como a recuperação de 2010 também foi maior no Paraguai.

Considerando apenas os países no Padrão C, o padrão predominante neste grupo, em comparação com o Brasil é possível observar semelhanças e diferenças, em 2008 apenas o México apresentou queda, o ano de 2009 mais uma vez apresenta as maiores quedas tendo apenas a Colômbia sofrido com uma queda menor que 3%,

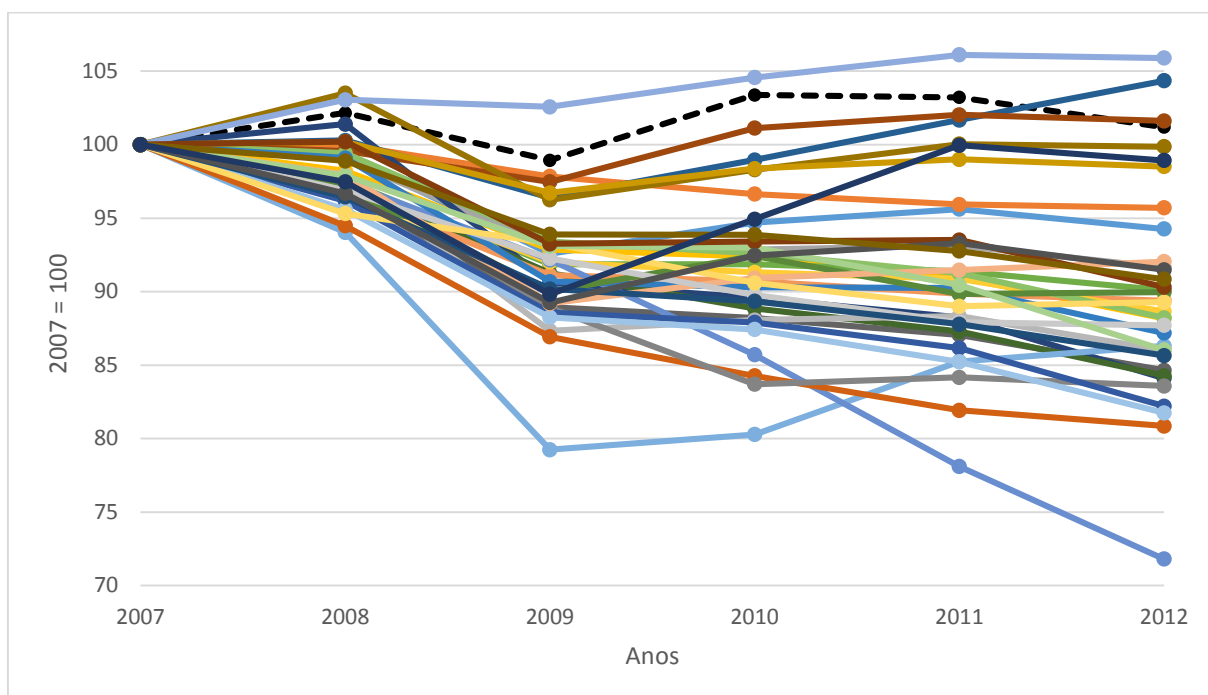
sua queda foi de 1,7%. A Venezuela e o Equador foram os únicos a não se recuperaram ainda em 2010 conseguindo retomar uma trajetória de expansão da renda apenas a partir de 2011, o Equador inclusive ultrapassa a trajetória de tendência, é importante notar que a recuperação do Brasil é a maior em 2010, nos dois anos seguintes todas as economias crescem, exceto a Brasileira.

Agora considerando Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai, o países que tiveram a maior expansão de renda em 2010, a diferença se encontra nos dois anos seguintes, Peru e Uruguai mantiveram a trajetória de crescimento, em menor magnitude porém de maneira firme com taxas entre 1,8% e 4,3%, o Paraguai ainda consegue uma pequena expansão em 2011 porém logo em seguida a sua queda supera a do Brasil, estando na ordem de 5%, tais dados nos levam a conclusão de que a expansão brasileira e paraguaia foi feita de maneira artificial, o cenário geral de crescimento menor após 2010 talvez não tenha sido previsto por estas economias que provavelmente perpetuaram suas medidas de crescimento artificiais.

4.4 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização composta por 34 países ao redor do mundo, são membros desta organização: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Dinamarca, Estados Unidos da América, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Israel, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polónia, Portugal, República da Coreia, República Checa, Reino Unido, Suécia, Suíça, Turquia. Este grupo de países geralmente é classificado como um grupo de países ricos, desenvolvidos pois apresentam uma renda per capita elevada além de bons Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), o objetivo ao comparar estes países com o Brasil é analisar se o país tem um desempenho semelhante ao dos países considerados desenvolvidos ou se sua condição de país emergente traz consigo um desempenho diferente.

Gráfico 5 – PIB per capita sem tendência da OCDE e Brasil destacado.



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

O Brasil, linha pontilhada, se encontra com o quarto melhor desempenho em termos de posição em relação a tendência, ficando atrás de Polônia, Chile e Coreia do Sul. Dos 35 países deste grupo 25 se encontram entre 80% e 92%, além da Grécia que está em 71% sendo até então o país mais distante da tendência verificado. Apesar do *double dip* do Brasil sua condição de superioridade em relação a maior parte dos membros da OCDE não parece estar ameaçada uma vez que a maioria das economias continua em queda, sua recuperação ainda é tímida ou ainda começou após uma queda muito elevada. Os padrões encontrados neste grupo são:

Tabela 4 – Padrões dos países membros da OECD e Brasil

Tipo de Padrão	A	B ⁹	C	D	Sem Padrão definido
Quantidade de Países	1	27	3	1	3
Média	105,9	87,5	94,2	101,2	100

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

⁹ Há uma exceção feita a Eslovênia, explicada no texto

O único país no Padrão A é a Polônia que embora tenha sofrido duas pequenas quedas, uma em 2009 e outra em 2012, se qualifica para este padrão pois as quedas não foram suficientemente grandes para a levar abaixo da tendência nem ocorreram de forma consecutiva. O Padrão B é claramente dominante neste grupo, a Eslovênia, a exceção, foi incluída nesta categoria pois após um aumento da renda em 2008 apresentou queda drástica nos anos seguintes inclusive estando entre os piores países do grupo, a Turquia quase se qualificou como um país no Padrão C, porém em 2012 teve queda de 1% após dois períodos consecutivos de recuperação na ordem de 5%, dentre os demais há uma grande variação, alguns aprofundaram e aceleraram seu movimento de queda, outros tiveram o ano de 2010 com uma pequena recuperação ou menor queda e ainda houveram aqueles que estão paulatinamente reduzindo a velocidade de redução da renda.

O Grupo C é composto por Chile, México e Estônia, os dois primeiros já observados em grupos anteriores, o caso do terceiro país é interessante pois em 2009 teve a maior queda até então observada, 15%, fazendo que seu produto per capita estivesse 20% abaixo da tendência, esta queda tão elevada pode ter sido feita com que a recuperação fosse mais fácil, pois parte desta queda pode ter sido artificial. Mais uma vez o Brasil se encontra sozinho do Padrão D, vale ressaltar que em termos de forma da trajetória a Finlândia apresenta um *double dip* porém sua primeira queda foi muito elevada, de 10%, e sua recuperação em seguida não foi capaz de levar o país a ficar próximo a tendência, caracterizando mais um período de estagnação do que de recuperação pois tanto em 2010 como em 2011 a expansão da renda não chegou nem a 1%. Por fim os 3 países tem padrão definindo são Coreia do Sul, Eslováquia e Israel, estes 3 países quase foram enquadrados no Padrão C porém devido a uma pequena queda em 2012, menos que 0,5%, não foram enquadradas no grupo, também não entraram no Padrão B pois estiveram acima da tendência e ao contrário da exceção Eslovênia, não apresentaram quedas consecutivas.

A análise feita na seção 3.2 em relação ao padrão geral do grupo é parcialmente válida aqui, as diferenças ficam por conta dos países que estão reduzindo a velocidade de sua queda, enquanto naquele grupo os países o ano de 2010 pode ser visto com uma recuperação artificial neste grupo é possível observar países que com a desaceleração da queda em 2010 conseguiriam manter a

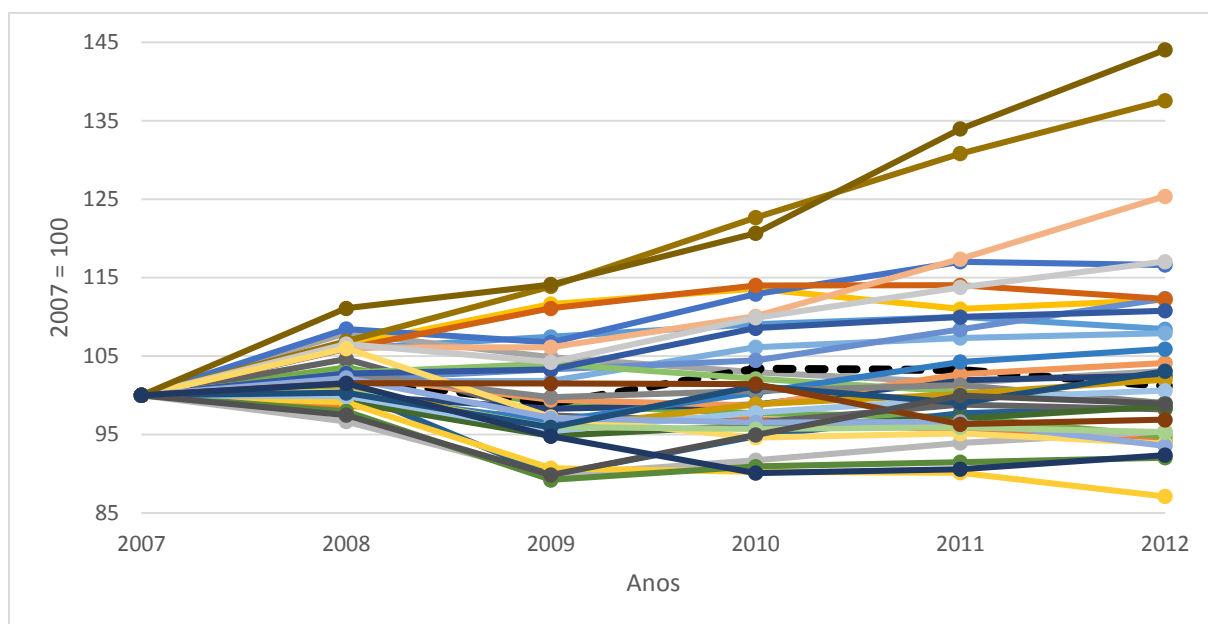
desaceleração, são exemplos deste caso Austrália, Irlanda, Noruega e Nova Zelândia sendo que o último país vem em verdade reduzindo sua queda desde 2008, quando sofre desaceleração de 4% abaixo da tendência e atualmente apresentou uma pequena recuperação de 0,3%. Dentre os demais países a após 2010 em geral a queda voltou a acelerar e em 2012 a queda média foi de 2,1%, próxima da do Brasil de 2,02% como citado na seção 3.2.

4.5 Países de renda média-alta

Este grupo foi constituído a partir do aqui já citado, na seção 4.2, critério do Banco Mundial para classificação de economias quanto a renda, são reconhecidos como países de renda média-alta os que possuem renda entre 4.086 e 12.615 dólares e em seguida utilizando um filtro para excluir países muito pequenos, foram excluídos países com menos de 1 milhão de habitantes, após a filtragem restam 35 países dentre eles o Brasil, os demais são: África do Sul, Albânia, Argélia, Angola, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Botswana, Bulgária, China, Colômbia, Costa Rica, Equador, Gabão, Hungria, Iraque, Jordânia, Cazaquistão, Líbano, Macedônia, Malásia, Maurício, México, Namíbia, Panamá, Peru, República Dominicana, Romênia, Sérvia, Tailândia, Tunísia, Turquia, Turcomenistão e Venezuela. O grupo se mostra bem heterogêneo em termos geográficos com representantes das Américas, Ásia, África e Europa.

O objetivo neste grupo é comparar o Brasil com economias de nível de produto per capita semelhante e que a grosso modo estariam então em um mesmo nível de desenvolvimento econômico, além disto compara se as economias menos desenvolvidas foram afetadas de maneira diferente em relação as economias do grupo anterior.

Gráfico 6 – PIB per capita sem tendência dos países de renda média-alta.



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

O Brasil, linha pontilhada, se encontra no meio do grupo, a China se destaca desta vez acompanhada e superada pelo Turcomenistão, o país em terceiro lugar é o Panamá, o destaque negativo fica por conta da Hungria, que está quase 13% abaixo da tendência. Dentre os 35 países, 19 estão acima da tendência, sendo 9 deles mais de 10%. Dentre os países abaixo da tendência, 7 estão mais de 5% distantes, sendo que apenas a Hungria está mais de 10% distante. A situação do Brasil de meio de grupo pode não se sustentar uma vez que no ano de 2012, 21 das economias analisadas apresentaram crescimento acima da tendência, fato oposto a economia brasileira, e além disto, dentre as economias em queda em 2012, o Brasil obteve o 5º pior desempenho.

Comparando com o grupo anterior, em nível, este grupo tem as economias num nível acima de trajetória em relação a tendência, são mais países que não sofreram tanto, outros tem apenas quedas em menor magnitude e ainda há os que apresentaram recuperação melhor, desta maneira os padrões ficam distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 5 – Padrões dos países de renda média-alta

Tipo de Padrão	A	B ¹⁰	C	D	Sem Padrão definido
Quantidade de Países	11	8	10	3	3
Média em 2012	118,6	94,6	99,1	101,1	99,4

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

No Padrão A constam: Albânia, Azerbaijão, Bielorrússia, China, Republica Dominicana, Iraque, Líbano, Maurício, Panamá, Peru e Turcomenistão, destes é interessante notar que os três primeiros e o Líbano apresentaram algumas oscilações, a Azerbaijão teve contração na renda em 2011 porém já voltou a expandir em 2012, os outros três países após expansões aceleradas demonstraram desaceleração e em 2012 redução em sua renda.

As exceções ao Padrão B são África do Sul, Jordânia, Romênia e Sérvia, as exceções ocorreram pois estes países foram acima da trajetória de tendência ainda em 2008, e no caso da Jordânia também em 2009, mas apresentaram quedas significativas após, África do Sul, Romênia e Sérvia encontram-se e 4,7%, 7,2%, 7,5% abaixo da tendência, dentre estes três países vale ressaltar uma pequena recuperação em 2011 de 0,2%, 0,5% e 0,08% respectivamente, por se tratar de uma recuperação tão pequena e seguida de queda estes países foram enquadrados nesta exceção, a Jordânia está apenas 1% abaixo da trajetória da tendência, porém nos últimos e anos apresentou retração acima de 1,5% e por isso também está aqui como exceção. Os demais países do grupo são Argélia, Bósnia e Herzegovina, Hungria, e Turquia. É interessante notar que mesmo em queda, esses países encontram-se em média apenas 5,4% distantes da tendência enquanto no grupo anterior a distância era de 12,5%, o que demonstra uma queda mais suave.

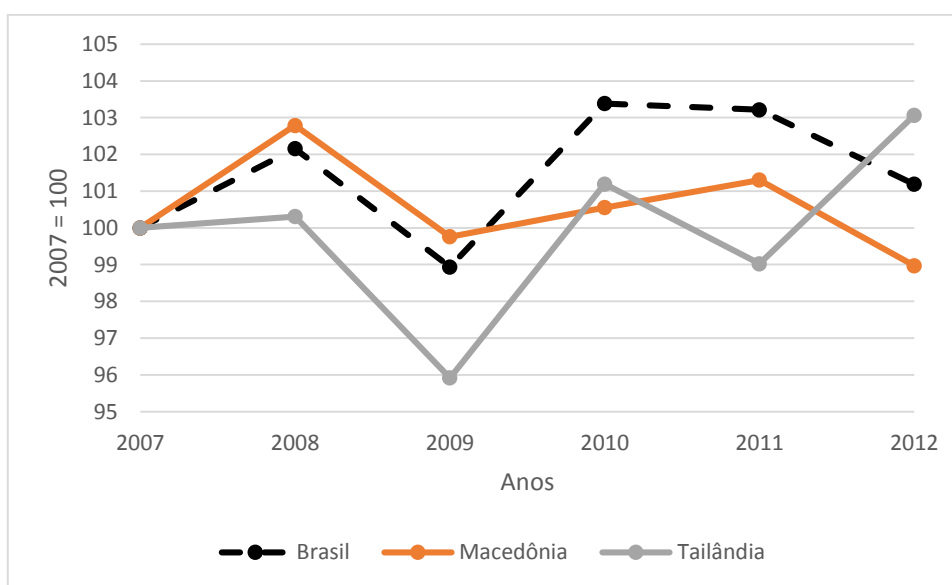
O grupo C é composto por Botswana, Colômbia, Costa Rica, Equador, Gabão, Cazaquistão, Malásia, México, Namíbia e Venezuela, dentre estes Botswana, Costa Rica, Gabão, México e Venezuela permanecem abaixo da trajetória da tendência.

¹⁰ Foram feitas exceções semelhantes a da seção 4.3 a África do Sul, Jordânia, Romênia e Sérvia, são explicadas no texto.

Aqui os países estão apenas 0,84% abaixo da tendência enquanto no grupo anterior a distância era de 5,8% o que demonstra que a queda pode ter sido mais suave e/ou a recuperação mais acelerada.

Acompanhando o Brasil no Padrão D figuram Macedônia e Tailândia, para fins comparativos estes três países serão representados abaixo:

Gráfico 7 – PIB per capita sem tendência dos países de renda média-alta.



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

O *double dip* destas economias ocorre de maneira diferente, a Tailândia após a segunda queda já se recuperou ficando acima inclusive do nível após sua segunda queda, porém a segunda queda pode em nada ser relacionada a crise uma vez que no ano de 2011 ocorreram chuvas intensas no país que levaram a terríveis inundações que afetaram diretamente várias indústrias, entre elas a de discos rígidos que a nível mundial chegaram a dobrar de preço pois a Tailândia é responsável por cerca de 25% da produção mundial desta mercadoria. A diferença da Macedônia em relação ao Brasil é relativa especialmente ao ano de 2010, onde o Brasil apresentou espetacular crescimento e a Macedônia apenas uma tímida expansão de 0,8% porém que se manteve no ano seguinte o que fez com que o país ultrapassasse a tendência mais uma vez. As quedas no entanto foram muito semelhantes, em 2009 o Brasil registrou queda de 3,2% e em 2012 2%, enquanto na Macedônia as quedas foram de 3% e 2,3% respectivamente.

Por fim os países sem categoria definida são Angola, Bulgária e Tunísia, o primeiro teve em 2008 crescimento da renda per capita sem tendência impressionante, 7,9%, porém os três anos seguintes foram de queda que levaram a economia a ficar apenas 1,6% acima da trajetória da tendência, em 2012 o país voltou a apresentar crescimento na ordem de 1,5%. A Bulgária teve comportamento semelhante à maioria das economias que foram enquadradas como exceção no Padrão B porém seu crescimento de 2011 foi na ordem de 2,3% e sua queda seguinte de 0,6%, o que pode configurar um início de recuperação seguido de estagnação e não quedas consecutivas com uma pequena recuperação. A Tunísia por sua vez também quase entrou como exceção no Padrão B porém após apresentar expansão de 1,5% em 2008 teve dois anos seguidos de desaceleração de menos de 0,1% o que pode ser facilmente interpretado como estagnação, o problema do país se encontram em 2011 quando a retração da renda chegou a 5% e no ano seguinte cresceu em 0,5%, como apenas um ano foi de queda expressiva este país ficou sem categoria.

Em relação aos padrões dominantes do grupo, Padrão A e Padrão C, o Brasil teve um mau desempenho, não obteve crescimento independente da crise como os países do Padrão A e nem teve sua recuperação sustentada como os países do Padrão C, embora atualmente a economia brasileira se encontre acima da média das economias do Padrão C, esta não é uma situação segura pois como já observado as previsões de crescimento para o ano de 2013 e 2014 são tímidas demais países podem continuar a sua expansão da renda possivelmente chegando a uma média acima da trajetória da tendência.

4.6 BRIC e MINT

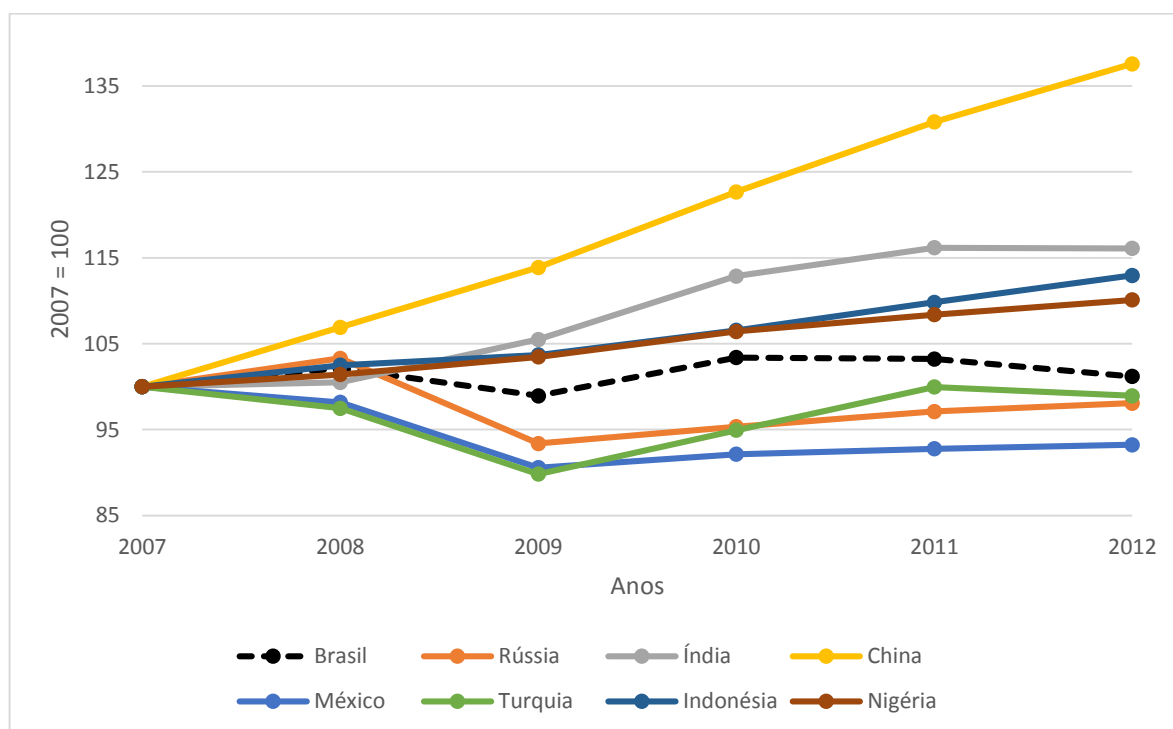
O termo BRIC foi utilizado por Jim O'Neill em 2001 para definir um grupo de países com grande potencial para o desenvolvimento de sua economia devido ao rápido crescimento econômico que vinham apresentando e suas condições territoriais e demográficas, os países são Brasil, Rússia, Índia e China. Recentemente¹¹ o mesmo Jim O'Neill cunhou uma nova sigla, o MINT que representa os países México, Indonésia, Nigéria e Turquia, estes países seriam o novo grupo que merece atenção

¹¹ Visto em <http://www.bloomberg.com/news/2013-11-12/who-you-calling-a-bric-.html>

em relação a seu desenvolvimento econômico pois também apresentam um crescimento expressivo nos últimos anos e uma boa condição demográfica.

O objetivo na análise deste grupo é observar como está o Brasil em comparação com as economias a qual foi qualificado como semelhante e como está em relação a este novo grupo de países que tem similaridades com os BRICs, a similaridade dos grupos além de suas condições demográficas, população notadamente jovem, são a existência de dois países de renda maior e dois de renda menor dentro do grupo, no caso dos BRICs, China e Índia, Rússia e Brasil e no caso dos MINTs, Indonésia e Nigéria, México e Turquia.

Gráfico 8 – PIB per capita sem tendência BRICs e MINTs.



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

O Brasil aparece em 5º atrás de China, Índia, Indonésia e Nigéria, ou seja, atrás dos países que tem menor renda, em seguida tem-se Turquia, Rússia e México. Este grupo reforça a noção de que o nível de renda do país influencia sua trajetória, além disso as economias mais ligadas as grandes economias Europeias e a Americana também são as que mais sofrem.

Tabela 6 – Padrões dos países de renda média-alta

Tipo de Padrão	A	B	C	D
Quantidade de Países	4	1	2	1
Média em 2012	119,2	98,9	95,6	101,2

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

O Padrão A é constituído por China, Índia, Indonésia e Nigéria, como observado acima, os países de menor renda do grupo, no Padrão B temos a Turquia que não constitui um *double dip* pois não voltou a figurar acima da trajetória da tendência nem sua queda foi de pelo menos 2% em relação ao pico após a recuperação, no Padrão C, México e Rússia e por fim no Padrão D apenas o Brasil.

Tanto BRICs como MINTs tem países em franca ascensão, a Turquia poderia figurar entre os países em recuperação caso não tivesse retração no último ano que deixaria o Brasil como o único país com comportamento anômalo em relação ao grupo, em vias gerais pode-se dizer que a similaridades fortes entre os dois grupos, ambos tem dois países em franca ascensão, dois em recuperação e um com comportamento diferenciado, o que talvez justifique a criação deste novo acrônimo MINT e o torne diretamente comparável ao BRIC. Em relação ao Brasil a Turquia caso tenha bons anos em 2013 e 2014 poderia ultrapassar o Brasil, já Rússia e especialmente o México estão mais distantes do país brasileiro.

5. Considerações finais

Ao longo do trabalho foram analisados cerca de 80 países dentre os quais apenas 3 apresentaram comportamento semelhante ao do Brasil em termos de trajetória, sendo um deles, a Tailândia, por motivos que possivelmente fogem ao escopo dos efeitos da crise financeira, desta maneira é possível concluir que o Brasil tem sim um comportamento anômalo em relação as demais economias do mundo, as causas específicas para este comportamento fogem ao escopo do trabalho e portanto não foram analisadas.

Ainda com relação ao Brasil tem-se um prognóstico negativo em relação ao curto prazo, com as projeções de mercado para o crescimento do PIB não superando os 2,5% é de se esperar que a renda brasileira vá a níveis abaixo da trajetória da tendência, enquanto os países em recuperação, principalmente aqueles com renda semelhante ao Brasil, que ainda não superaram a trajetória da tendência poderão em breve ultrapassá-la assim como ultrapassar o Brasil.

Ao analisar apenas o nível no qual o Brasil se encontra, as conclusões são mais otimistas, o país está acima dos países de renda elevada e está dentro da média dos países com renda semelhante a nível mundial, além disso sua segunda queda foi menos proeminente que a do Paraguai e da Macedônia, os dois países que apresentaram comportamento *double dip* semelhante ao brasileiro.

A nível mundial as economias com menor renda sofreram menos os efeitos da crise tanto em profundidade como em duração, como pode ser observado pelos poucos países ainda em queda no grupo que contempla os países de renda média-alta, além disso as economias europeias parecem sofrer ainda mais, os únicos europeus em todo o trabalho a figurar no Padrão A foram Polônia e Bielorrússia que não tem o Euro como sua moeda oficial. E dentro os classificados no Padrão C apenas Eslováquia e Estônia, o primeiro aderiu ao Euro em 2009, ano em que sua economia sofreu retração de 7% e o segundo aderiu ao Euro apenas em 2011.

As causas específicas que levaram ao comportamento caracterizado pelo *double dip* da economia brasileira ficam como sugestão a pesquisa futura, bem como os motivos de este comportamento ser o mais incomum dentre as economias.

6 Referências bibliográficas

Amaral, P., e MacGee, J. (2002). "The Great Depression in Canada and the United States: A Neoclassical Perspective". *Review of Economic Dynamics* 5, 1, pp. 45–72.

Banco Central do Brasil. Historico de metas para a Inflação no Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf>. Acessado em dez/2013.

Banco Central do Brasil. Histórico da taxa de juros. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>. Acessado em dez/2013.

Bergoeing, R., Kehoe, P., Kehoe, T., e Soto, R. (2002) "A Decade Lost and Found: Mexico and Chile in the 1980s". *Review of Economic Dynamics* 5, 1, pp. 166–205.

Bugarin, M., Ellery, R., Gomes, V. e Teixeira, A. (2002), "The Brazilian Depression in the 1980s and 1990s", *Computing in Economics and Finance*, 338.

Cole, H. e Ohanian, L. (1999), "The Great Depression in the United States from a neoclassical perspective", *Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review*, 23, pp. 1-24

Conesa, J., Kehoe, T. e Ruhl, K. (2007). "Modeling great depressions: the depression in Finland in the 1990s," *Quarterly Review, Federal Reserve Bank of Minneapolis*, Novembro, pp. 16-44.

Kehoe, T. e Prescott, E.C. (2002) "Great Depressions of the 20th Century", *Review of Economic Dynamics*, 5: pp. 1-18.

Kydland, F., e Zarazaga, C. (2003). "Argentinas lost decade and subsequent recovery: Hits and misses of the neoclassical growth model". *Center for Latin America Working Papers*, 403.

Ohanian, L. (2010). "The Economic Crisis from a Neoclassical Perspective," *Journal of Economic Perspectives*, American Economic Association, vol. 24(4), pp. 45-66.

Otsu, K. (2010). "A Neoclassical Analysis of the Asian Crisis: Business Cycle Accounting for a Small Open Economy," *The B.E. Journal of Macroeconomics*, 10(1), pp. 1-39.

Prescott, E. (2002). "Prosperity and Depression," *American Economic Review*, 92(2), pp. 1-15.